

P06-115: Educação da não violência dos corpos

Maria Simone Vione Schwengber, simone@unijui.edu.br, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Joice Andressa Fritz Drefs, Joicedrefs@gmail.com, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Taíse Neves Possani, taíse.possani@unijui.edu.br, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Júlia Amanda Herter Schneider, juliaahsch@gmail.com, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

RESUMO. Esta pesquisa faz parte do projeto de pesquisa que trata da Educação da “Não Violência” dos Corpos, tendo como objetivo problematizar o compromisso ético-político da educação, a serviço da construção da não violência dos corpos, proposto pelo enfoque butleriano. A abordagem metodológica da pesquisa é exploratória. Como resultado destacamos a fraca responsabilidade com o Outro (mulheres, gays, negros, indígenas), em tempos presente (2023). Ainda os vínculos de responsabilidade com Outro, advém de ensinamentos, de formação ética, de uma cultura da convivência com base no reconhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Corpos, não violência, educação.

No Brasil a Violência Anda Solta

Para Del Priore (2018) e Schwarcz (2020), a história do Brasil pode ser contada pela violência, pois o passado e o presente a respeito das violências corporais se misturam e se embarçam. A violência, no Brasil, é naturalizada, e se tornou parte constitutiva da sociedade contemporânea. Apresentamos, a seguir, duas de manchetes da imprensa brasileira, na direção de problematizar as questões das violências no Brasil contemporâneo.

Agosto de 2020. Menina de 10 anos, de São Mateus, no Espírito Santo, fica grávida após ser estuprada e violentada desde os 6 anos pelo tio (de 33 anos) (G1- GLOBO -Retrieved March, 2020).

Julho de 2022. A maioria das violências corporais que ocorrem no Brasil atinge pessoas negras: sendo o total de vítimas em 2021, 78% FOLHA DE SÃO PAULO, (2022). Julho de 2022.



A partir dessas manchetes, nos deparamos, em sua gênese, com diferentes violências produzidas sobre alguns corpos. Para Del Priore (2018), o gênero, a sexualidade e raça pobreza têm sido aspectos pouco tratados, uma vez que se destaca uma persistência histórica na manutenção de violências, traduzindo as diferenças corporais em profundas desigualdades simbólicas, sociais, educacionais, laborativas e de acesso ao espaço público.

Desse modo, concebemos a violência como uma forma de negar ao Outro, o que, geralmente, parte de um não reconhecimento do outro como sujeito. As condições precárias se estabelecem, justamente, nessa relação de não reconhecimento, em que o outro figura como um ser “inferior” e “submetido a”. Assim, a precariedade não estaria no sujeito, mas em condições sociais e culturais que o envolvem, e nas relações de poder que o atravessam.

De acordo com Butler (2018, p. 46), a condição precária pode ser compreendida como “a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes de poder e de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações”

Embora o trabalho acadêmico acerca das violências na área educacional já tenha uma tradição um pouco mais sólida em outros países, no Brasil, os estudos ainda são poucos, se comparados à importância política e social da questão (BANDEIRA; PRETURLAN, 2016; BIROLI, 2018). Se formos mais específicos ainda, e pensarmos na produção acerca do tema das violências na Educação, nos depararemos com um “quase” silenciamento (BIROLI, 2018, p. 82), considerando que o Brasil é um dos países mais violentos do mundo.

Diante desses pressupostos, o nosso objetivo é problematizar o compromisso ético-político da educação escolar, a serviço da construção da não violência, proposto pelo enfoque butleriano.

Caminho da Pesquisa

A abordagem da pesquisa é exploratória e descritiva. A estrutura deste ensaio foi organizada para apresentar: a) a violência com corpos no Brasil, como já destacado na seção introdutória; e b) debates emergentes para se pensar a educação contra as violências corporais a partir de Butler (2020, 2021).

A Proposta de uma Educação da Não Violência

Não podemos naturalizar violências que são direcionadas aos corpos, acreditando na impossibilidade de mudanças. É necessário, no entanto, a construção de um novo horizonte



educativo, capaz de ofrecer a todos os corpos a possibilidade de existência. Para se formar esse novo horizonte educativo, que Butler (2020) denomina como “radicalmente igualitário”, é necessário estabelecer um princípio fundamental, que é o da “não violência”. Porém, para Butler (2020), essa “não violência” não deve ser entendida como o cultivo de uma virtude individual, mas como práticas ativas e coletivas, entre elas as educativas e formativas, e, também, as de militância e ativismo (Butler, 2020 p. 30). Se todas as vidas devem ser consideradas, e portadoras de direitos, a violência, seja ela qual for e a quem direcionada, representa uma quebra. Portanto, é preciso buscar um novo mundo educativo e formativo, onde a “não violência” se converta na base das relações sociais.

Butler (2020, p. 142) ainda nos apresenta quatro pontos como fundamentais para reivindicar o *status* de “vida” digna, bem como de possibilidades para continuar vivendo e/ou existindo, destacando: 1) usar o “ruído”, a fala, a denúncia como discurso político da violência; 2) trabalhar a memória e a justiça dos corpos das populações atingidas; 3) fazer com que todos os corpos sejam considerados “enlutáveis” publicamente, lamentar a perda de modo público; 4) compreender que uma vida depende da outra, não existe uma vida sem a outra, e ainda o pressuposto de que a violência no Outro é, no fundo, em mim também.

Nesse sentido, Butler (2020, 2021) nos aponta que é essencial expandirmos as possibilidades de discursos educativos e formativos. Para a autora, o campo acadêmico (incluímos aqui o escolar e o ativista, e das políticas digitais, no caso as feministas), precisa se unir frente às violências, reivindicando o *status* de “vida” aos corpos precários, expostos às violências, e trabalhar a memória e a justiça, não deixando que certos acontecimentos de violências caiam no esquecimento ou sejam deslegitimados (BUTLER, 2020).

A exigência é por reconhecimento da violência sobre alguns corpos e uma demanda educativa, política e cultural da não violência (Butler, 2021, p. 20). Educar para a não violência propõe formas de explorar tal questão no âmbito das práticas escolares de ensino, engajadas em perspectivas democráticas, justiça, igualdade e dignidade.

Desse modo acreditamos que escola escolar possa ser um lugar, não violento, em que exercite um olhar compreensivo da cultura do Outro, produzindo, ao mesmo tempo, um diálogo na compreensão da diferença, no entendimento e reconhecimento do Outro como um sujeito IGUAL. Apostamos em uma atitude política-formativa-filosófica de uma outra ética, em que o Outro, seja reconhecido, não apenas como Outro, mas como IGUAL.

Agradecemos ao CNPq, FAPERGS e CAPES pelo financiamento concedido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aborto legal: há 2 anos, caso de menina de 10 anos grávida após estupro pelo tio (2020, June 21). Retrieved March 27, 2020, from G1: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/06/21/aborto-legal-ha-2-anos-caso-de-menina-de-10-anos-gravida-apos-estupro-pelo-tio-chocou-o-pais.ghtml>.
- Bandeira, L., Preturlan, R. B. (2016). As pesquisas sobre o uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. In: Fontoura, N., Araújo, C. (Org.). *Uso do tempo e gênero*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Biroli, F. (2018). *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2020). *Sin miedo: formas de resistencia a la violencia de hoy*. Penguin Random House Grupo Editorial España. Edição do Kindle.
- Butler, J. (2021). *A força da não violência*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo.
- Del Priore, M. (2018). *Histórias da gente brasileira: República – memórias*. São Paulo: Editora LeYa.
- Negros são a maioria das vítimas de crimes violentos no Brasil, mostra levantamento. (2022, July 2). Retrieved March 27, 2023, from Folha de São Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/negros-sao-a-maioria-das-vitimas-de-crimes-violentos-no-brasil-mostra-levantamento.shtml>.
- Schwarcz, L. (2020). Casa não é a mesma coisa que lar (e vice-versa). (2020, May 4). Retrieved March 27, 2023, from *Portal Nexo Jornal*: <https://www.nexojournal.com.br/colunistas/2020/Casa-não-é-a-mesma-coisa-que-lar-e-vice-versa>.